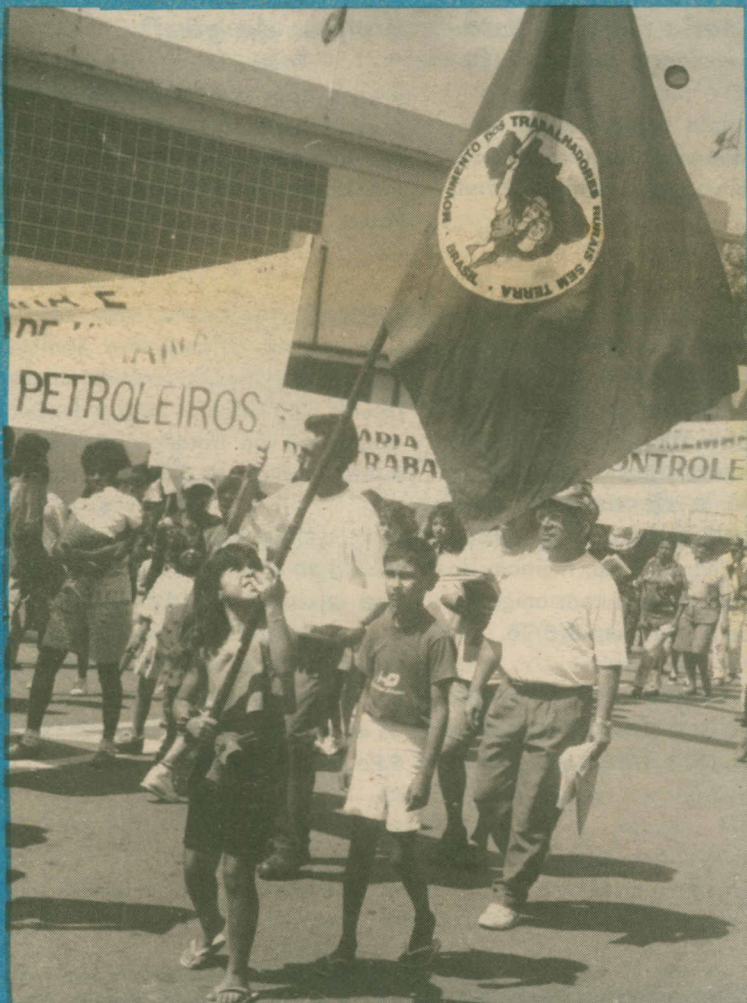
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano I nº 11
14/8 a 20/8/1996
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

Reforma Agrária também é solução para cidades

Wladimir Souza

Enquanto FHC favorece o latifúndio caloteiro, milhões continuam fugindo da miséria do campo para as favelas das grandes cidades.

páginas 6 e 7

Em Belém, PT rompe acordo político e PPS entra na coligação

página 4

Metalúrgicos resistem às demissões e fechamento de fábricas

Wladimir Souza

página 8

Greve Geral sacode a Argentina e golpeia governo Menem

página 11

DIGA NÃO !

FHC, Serra e Maluf atacam programa eleitoral do PSTU em São Paulo

página 5

C U R T A S

Os responsáveis. O incêndio num abrigo da prefeitura de São Paulo, ocorrido na madrugada de 6 de agosto, que matou dez pessoas sendo sete crianças, poderia ser evitado (como a maioria das tragédias que ocorrem no Brasil). O próprio Tribunal de Contas do Município, através de uma auditoria, já havia alertado a prefeitura em abril deste ano. Em junho, o Núcleo de Epidemiologia, Pesquisa e Informações — órgão da prefeitura — entregou à Administração Regional de Itaquera um relatório alertando sobre as condições do abrigo. Maluf, que derruba favelas e deixa alguns milhares de pessoas em abrigos sem nenhuma condição, teve a cara-de-pau de responsabilizar os moradores pela tragédia.

◆

O prefeito nu. Fanfarronadas de político burguês em campanha eleitoral não têm limites. O prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, disse que vai desfilar nu pelas ruas da cidade, caso seu candidato a prefeito, Luis Paulo Conde, não atinja 20% das pesquisas eleitorais nesta semana. Na última pesquisa feita pelo Ibope e divulgada no dia 7 de agosto, Luis Paulo apareceu com 7%. Seria muito interessante ver finalmente um político desses cumprindo uma promessa de campanha...

◆

Atrás do bispo. Em São Paulo, continua acirrada a briga para conseguir o apoio da Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo. Recentemente, Maluf liberou R$ 800 mil para uma Associação ligada à Universal. Mas os tucanos foram para uma contra-ofensiva e após negociações realizadas pelo Ministro das Comunicações, Sergio Motta, a maioria da cúpula dessa igreja está apoiando José Serra. Com isso, os processos contra a Universal, sobre sonegação de impostos, remessa ilegal de dinheiro para o exterior entre outros, poderão ser devidamente "esquecidos". Barganha de alto nível esta, hein?

◆

Presos políticos. Sob o governo FHC, virou moda perseguir, prender e até condenar sem-terras. Recentemente nove sem-terras no oeste do Paraná foram condenados a prestar dois anos de serviços à comunidade, já que eram primários. As acusações eram no mesmo nível das que foram feitas à Diolinda e os sem-terras do Pontal. Em Corumbiara, onde mais de dez sem-terras foram barbaramente massacrados, cinco sobreviventes ainda estão com prisão preventiva decretada! No Maranhão, são outros seis trabalhadores rurais na mesma situação.

◆

Servidor no alvo. O governo baixou recentemente uma instrução normativa regulamentando um decreto que prevê punições aos sindicatos e associações de servidores públicos. O objetivo é cercar e coibir greves do funcionalismo público. Pelo decreto, podem ser punidas as entidades que causarem prejuízo ao patrimônio público (não se sabe o que seriam esses prejuízos). No caso, quem deveria ser mesmo punido é o próprio governo, que através dos seus cortes de verbas, projetos de Reforma Administrativa e privatizações é quem mais está trazendo "prejuízo" ao patrimônio público.

◆

Na moita. Sem dar muita publicidade ao assunto, o governo continua articulando-se para avançar na reforma da legislação trabalhista. Os partidos governistas chegaram a um acordo sobre o contrato de trabalho por tempo determinado. Um dos itens desse acordo prevê que empresas com até 20 empregados não precisarão pedir autorização aos sindicatos para contratar por tempo determinado. Atenção: eles pretendem votar este projeto ainda em agosto.

O QUE SE VIU

Wladimir Souza

Trabalhadores das empresas Sofunge (metalúrgica) e Vicunha (têxtil) ocuparam o prédio do Ministério da Fazenda em São Paulo no último dia 8 de agosto. Eles queriam uma solução do governo para o fechamento das duas empresas na cidade, que resultou na demissão de 3 mil operários. O governo abriu negociações. Mas antes, a polícia militar espancou os trabalhadores na entrada do Ministério.

O QUE SE DISSE

"Não estamos aqui pensando na próxima eleição. Falar isso seria ridículo. Estamos num esforço para o futuro."
Fernando Henrique Cardoso, justificando o seu plano de metas e falando sobre o seu futuro. No *Jornal do Brasil*, em 10/8/96.

"Estamos dizendo que a ocupação dessas fazendas de caloteiros é a melhor maneira de acelerar o processo, porque todas essas terras estão paradas. Portanto, por lei e por necessidade social, é importante e necessário que voltem a produzir."
João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST, em artigo no jornal *Folha de S.Paulo*, em 8/8/96.

"A responsabilidade pela tragédia é dos moradores do abrigo, que fizeram gambiarras para ligar a energia elétrica e não cuidavam dos botijões de gás."
Paulo Maluf, em coletiva à imprensa após o incêndio no abrigo da prefeitura que matou 10 pessoas, pratica um dos seus esportes prediletos: culpar os pobres pelos problemas e tragédias de São Paulo.

"O prefeito trouxe a gente aqui para morrer."
José Orlando dos Santos, um dos sobreviventes do incêndio do abrigo, resume bem como os pobres desalojados de favelas são tratados por Maluf. No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 7/8/96.

"Eu vim aqui para abrir diálogo com um setor que pode me ajudar a governar."
Luiza Erundina, após visitar e ser vaiada na Bolsa de Mercados Futuros de São Paulo, tenta dizer sim também para os especuladores. No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 7/8/96.

P S T U

◆**Nacional:** Tel - 549-9699 / 574-5838 / 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** CX Postal 3082 CEP 88010-970 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **J. Pessoa (PB):** (079) 231-8340 / 211-1867 ◆ **Maceió (AL):** Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 225-3042 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-2289 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 423-6493 ◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel (221-3972) ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Gráfica Vannucci

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni, Carlos Bauer e Edna Araújo

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

O exemplo argentino

O fato mais importante ocorrido no continente na semana passada foi, sem dúvida, a espetacular greve geral que os trabalhadores argentinos realizaram contra a famigerada política econômica neoliberal de Menem. Nesse país, há hoje mais de dois milhões de desempregados (18% da população economicamente ativa). Além do desemprego, o governo argentino, sob a supervisão direta do FMI, está atacando diretamente direitos e benefícios sociais dos trabalhadores e do povo, para diminuir um déficit de R$ 5 bilhões.

Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência. O projeto de FHC é o mesmo que Menem aplica há alguns anos na Argentina. Mas aqui, as reações dos trabalhadores e do povo estão também ficando semelhantes às dos argentinos. Também na semana passada, 3 mil operários demitidos das empresas Vicunha e Sofunge reagiram com ocupações e enfrentamento com a polícia ao fechamento dessas fábricas em São Paulo. Aliás, os próprios editoriais da grande imprensa observam que se a CGT pró-governo na Argentina e os "moderados" sindicalistas da Força Sindical estão sendo obrigados a chamar greves e mobilizações, é porque a temperatura social está mesmo se elevando nos dois pilares do Mercosul.

Em relação ao problema agrário, os sem-terras começam a ver como natural a ocupação de terras dos latifundiários caloteiros que devem bilhões ao BB e que não estão produzindo nada.

Enquanto agravam-se estes e outros problemas sociais, FHC faz mais demagogia eleitoral. Agora ele apresenta um "plano de metas" com a promessa de investir até R$ 54 bilhões. Acontece que estamos em campanha eleitoral e os candidatos do presidente, especialmente o de São Paulo, continuam mal das pernas. A pergunta é: porque diabos só agora, a menos de dois meses das eleições, o governo vem falar em metas e obras?

A outra novidade da semana, com repercussão nacional, foi que Luiza Erundina, do PT, perdeu a liderança nas pesquisas de intenção de voto para Celso Pitta, candidato do atual prefeito Paulo Maluf. Eis aí o primeiro resultado do estilo petista policlassista, "propositivo" e "positivo" de fazer campanha: o *Sim Por São Paulo*, o sim para "todos" não está servindo sequer para mostrar o que a candidata petista tem ou fará de diferente do candidato malufista.

A greve geral argentina foi um grande exemplo de como e qual é o caminho para se enfrentar os planos neoliberais no continente. Esta é a primeira conclusão da semana. A segunda é que as mobilizações contra as demissões e o fechamento de fábricas, e a disposição dos sem-terras em continuar no caminho das ocupações deixam claro que mesmo numa conjuntura polarizada pelas eleições, o apelo à luta, à mobilização dos trabalhadores deve estar no centro das campanhas eleitorais dos partidos da esquerda. Na do **PSTU**, certamente estará.

OPINIÃO

A importância do MTS

Jorge Evandro Rodrigues,
presidente da CUT (PA)

Depois da filiação da central a Ciols, a CUT vem demonstrando uma certa fragilidade perante a conjuntura, a globalização da economia, ao desemprego e, finalmente, a exploração do mundo capitalista.

Isto já era de se esperar já que a CUT de luta, resistência, contra a ordem só poderia se enfraquecer ao se alinhar a nível internacional aos princípios de uma entidade de direita.

Demonstração clara do processo de mudança política da Central foi a greve dos petroleiros, acompanhada pelos eletricitários, onde havia a possibilidade de fazer uma greve de estatais e a direção resolveu não apoiar a greve e, mais grave, foi aos meios de comunicação para dizer que os trabalhadores retornassem ao trabalho, deixando a greve como um movimento isolado. Na Reforma da Previdência, Vicentinho passou por cima do projeto da classe e foi negociar com FHC, criando uma grande contradição na cabeça dos trabalhadores.

Em todos estes processos, havia, portanto, uma lacuna a ser preenchida internamente na Central, que era a de reunir companheiros da esquerda no interior da Central para lutar por um projeto que retome ou faça a CUT retornar aos seus princípios.

A criação do **Movimento por uma Tendência Socialista** (MTS) é exatamente a saída política que militantes de todos os partidos operários encontraram para se opor ao projeto da tendência majoritária no interior da Central Única dos Trabalhadores e mudar, assim, os rumos desta central sindical.

NÚMEROS

Total de desempregados em cinco regiões metropolitanas (em 1.000 pessoas)

Fonte : Dieese/Seade

Meses	Brasília	Belo Horizonte	Curitiba	Porto Alegre	São Paulo
Julho/94	113,8	n/d	n/d	185	1150
Abril/95	118,8	n/d	103	146	1117
Janeiro/96	134,4	194	119	158	1076
Fevereiro/96	134,1	209	128	166	1138
Março/96	139,5	224	137	194	1238
Abril/96	144,4	233	134	206	1342

CARTAS

Pelo direito à liberdade

Sou Márcio Rocha, tenho 19 anos de idade e sou super interessado nessa luta pela liberdade, nessa luta contra a exploração, contra qualquer forma de escravidão individual ou coletiva. Estive presente no dia 28 de junho no Ato de Orgulho Gay e Lésbico, que foi também um ato de protesto contra a odiosa atitude dos odiosos skinheads, os fascistinhas carecas que se julgam a raça superior. Foi muito bom ver o PSTU dando apoio aos gays e lésbicas. Dessa forma, a meu ver, vocês mostram que não são políticos comuns, que tomam atitudes hipócritas como os outros políticos, que posam de liberais mas que com seus preconceitos tolos e religiosos condenam o homossexualismo, o bissexualismo. Uma pessoa pode ser diferente da outra pela opção sexual, pela cor da pele, e mesmo assim somos todos iguais, não há o porquê do preconceito, da discriminação. Temos todos o direito à liberdade e à busca da total felicidade! Sou heterossexual e não vejo nenhum mal numa pessoa ser homossexual, negra, branca ou azul.

Vamos nos unir e lutar contra a opressão.

Marcio Rocha,
São Paulo (SP)

Esclarecimento

Comunicamos aos nossos leitores e assinantes que por um erro de responsabilidade da Gráfica Vanucci, o último jornal atrasou um dia na sua circulação e no seu envio. Lamentamos qualquer transtorno que esse atraso possa ter causado.

Redação do Opinião Socialista

Direção do PT rompe acordo em Belém

Gilberto Marques,
de Belém (PA)

Na véspera do encerramento do prazo legal de registro das candidaturas a prefeito em Belém do Pará, a direção majoritária do PT impôs a entrada do PPS (partido que faz parte do governo assassino de Almir Gabriel) na coligação de esquerda (PT, **PSTU**, PCB e PCdoB) e passou a adotar o "modo petista de governar" como diretriz programática.

Em Belém foi constituída uma frente de partidos de esquerda composta inicialmente pelo PT, **PSTU** e PCB, que definiu a candidatura do companheiro Edmilson Rodrigues, do PT, à prefeitura. Esta composição se deu em base a um acordo que colocava a necessidade de construir um programa que se enfrentasse com a burguesia, seus governos e colocasse o socialismo como alternativa. Definiu-se que não se aceitaria a entrada de partidos burgueses ou dos partidos de esquerda que estivessem compondo o governo do tucano Almir Gabriel. Esta resolução foi aprovada inclusive dentro do encontro municipal petista.

O PCdoB, que reivindicou a entrada na frente, teve que antes romper com o governo estadual para que seu pedido fosse aceito. O PPS namorava uma coligação com o PSB, que não foi efetivada.

O **PSTU** iniciou uma campanha de base com discussões e abaixo-assinados pela saída do PPS ou da frente ou do governo e exigindo uma plenária de base dos partidos da frente. A campanha foi assumida pela PCB e por importantes setores do PT, como a companheira Neide Cunha, da direção municipal e, posteriormente, pela tendência petista *Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)*.

Arquivo

Movimento sindical de Belém precisa de frente classista

A direção majoritária petista não aceitou o chamado à plenária. Contudo, no dia 5 de agosto, ocorreu a plenária com 70 pessoas, dos quais 35% eram militantes de base e dirigentes sindicais e partidários do PT. Além do **PSTU**, participaram também o PCB comitês de candidatos a vereadores da frente.

A plenária aprovou por unanimidade a campanha pela saída do PPS da frente ou do governo e o resgate das propostas iniciais que formaram a coligação para eleger Edmilson prefeito, a não inclusão do nome do PPS nos materiais de campanha e a exigência de um pronunciamento público dos partidos coligados e do próprio Edmilson quanto à participação desse partido.

Os partidos querem retomar o caráter classista da frente

Para Leila Jikings, candidata a vereadora pelo PCB, *"o objetivo principal da campanha é resgatar o caráter inicial da frente que era de construir uma alternativa à burguesia; não podemos dizer 'Fora Almir' quando temos parte deste governo dentro da frente."*

Segundo Evandro Rodrigues, presidente da CUT Estadual, devemos apresentar *"politicamente um projeto que resolva os problemas maiores da classe trabalhadora, como educação, saneamento, saúde, transporte, emprego e teto, ou seja, um projeto de classe e não o dito projeto democrático e popular que de democrático não tem nada."*

Para Cacilda Pinto, a Cacá, candidata do **PSTU** à Câmara Municipal, *"a campanha pela saída do PPS tem que continuar porque nós queremos eleger Edmilson, mas com um programa de independência de classe e socialista que responda às reais necessidades da população explorada."*

Cresce candidatura socialista

A candidatura da companheira Cacilda Pinto vem crescendo bastante. Já existem comitês no Movimento Popular de Invasões Urbanas, na Universidade Federal do Pará e em várias categorias como processamento de dados e judiciários, da qual ela faz parte. Novos comitês serão abertos em petroleiros, correios, trabalhadores em educação e secundaristas.

Augusto Santos

Cacilda

O motivo do crescimento é o fato da candidatura da companheira Cacilda representar o acúmulo das lutas dos trabalhadores de Belém por seus direitos, dos rurais, pela reforma agrária, do combate a FHC e da defesa do socialismo como saída para os trabalhadores na luta contra a opressão e a exploração capitalistas. (G.M.)

Professor é candidato do PSTU em Natal

Gilmar Ferreira,
de Natal (RN)

O PSTU de Natal, Rio Grande do Norte, realizou uma festa no dia 26 de julho para lançar suas candidaturas na cidade. O candidato a prefeito é Dário Barbosa, professor, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação e ex-presidente da CUT Estadual. O vice é o bancário Hugo Goés, diretor do Sindicato dos Bancários, diretor da Associação dos Funcionários da CEF e da CUT estadual, além de ser estudante de Ciências Contábeis na Universidade Federal. Os candidatos a vereador são: Valdemar, estudante universitário, o professor Fernando e Sônia Godeiro, médica, vice-presidente da CUT estadual e diretora do Sindicato da Saúde.

PT e PCdoB romperam

Durante vários meses, os partidos de esquerda (PSTU, PT e PCdoB) se reuniram para formar uma frente que representasse as forças que combatem os "caciques políticos" de Natal. Porém o PT e o PCdoB fizeram restrições ao programa que defendia a estabilidade dos servidores municipais, a municipalização dos transportes, o aumento geral dos salários e o reajuste dos salários de acordo com a inflação. Além disso, o PT, que não aceitava que se fizessem críticas aos governos de Vitor Buaiz (ES) e Cristóvam Buarque (DF), buscou se coligar com Wilma Farias (PSB) ou Leonardo Arruda (PDT), aos quais oferecia o cargo de vice (nenhum dos dois aceitou a proposta).

Dário tem 2,2%

As chapas em Natal são das mais ecléticas. Wilma Farias, do PSB, coligou-se com o PFL, PCB, PTB e PV. João Faustino, do PSDB, está com o PPB. Fátima Bezerra, do PT, se uniu ao PCdoB e ao PPS. E Leonardo Arruda, do PDT, está coligado com PSD, PST e PRN. Uma pesquisa realizada no dia 14 de julho revelou que Wilma está na frente, com 28,7% das intenções de voto; João Faustino, em segundo lugar, com 16,1% e Fátima Bezerra vem em terceiro, com 8,5%. Dário está em quinto, com 2.2%.

Em São Paulo, PSTU faz sucesso na TV e provoca ira dos poderosos

"Diga não" incomoda FHC, Serra e Maluf

Clara Paulino,
da redação

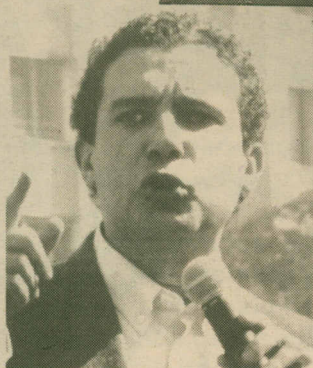
O **PSTU** iniciou a campanha eleitoral nos meios de comunicação, na cidade de São Paulo, apresentando as candidaturas do professor Valério Arcary para prefeito e do ex-metalúrgico Alexandre Fusco para vice, além de 22 candidatos a vereador, com o slogan *"Diga não!"* a FHC, Maluf, aos banqueiros, aos latifundiários.

A campanha, que também acontece nas principais concentrações de trabalhadores, fábricas e escolas onde o partido atua, já começa a incomodar os candidatos da classe dominante e a se contrapor ao discurso conciliatório da candidatura do PT.

O presidente da República, o seu candidato José Serra e o prefeito, Paulo Maluf já entraram na Justiça Eleitoral contra os programas eleitorais do **PSTU**, exigindo direito de resposta. Até agora já foram oito pedidos de direito de resposta ou no programa do **PSTU** ou no *clip* de 30 segundos que o partido tem direito de inserir diariamente. Cinco desses pedidos foram de Maluf, dois de FHC e um de Serra.

FHC e Serra não aceitaram o programa que convoca os trabalhadores a não votarem na "quadrilha" de sempre que governa o país, e pediram direito de resposta alegando que foram caluniados e taxados de bandidos. Mas cá entre nós, que nome podemos dar a quem torra mais de 13 bilhões com banqueiros falidos?

Sérgio Koei

Carreata do PSTU em São Paulo. No destaque, Valério

Maluf entrou com direito de resposta porque o programa do **PSTU** denunciou o projeto de privatização da saúde pública municipal, através do Plano de Atendimento à Saúde (PAS). Depois Maluf entrou com outro pedido por causa de um programa que o acusava de ter sido um agente da ditadura. Nestes dois casos, Maluf perdeu. No segundo caso, o próprio juiz disse que... "não se pode apagar a história."

Maluf já entrou com 5 pedidos de resposta no programa do PSTU

Mas assim como FHC e Serra, a prefeitura ganhou na Justiça o direito de resposta no clip do **PSTU** que denunciava a "quadrilha" que está no poder. O senhor Paulo Maluf usou os 30 segundos exclusivamente para atacar o **PSTU**, sem responder nada. O texto chegou a dizer que a prefeitura não iria mais aceitar as "provocações" do **PSTU**.

Coincidência ou não, um dia depois dos ataques da prefeitura o candidato a prefeito do **PSTU** Valério Arcary, recebeu por telefone uma ameaça anônima por alguém embalado na onda de não aceitar "mais provocações". O anônimo disse textualmente que se *"você não parar de atacar Maluf vai ver o que vai acontecer com a sua vida"*. A ameaça estava gravada na secretaria eletrônica e foi enviada para a OAB e também foi feito boletim de ocorrência.

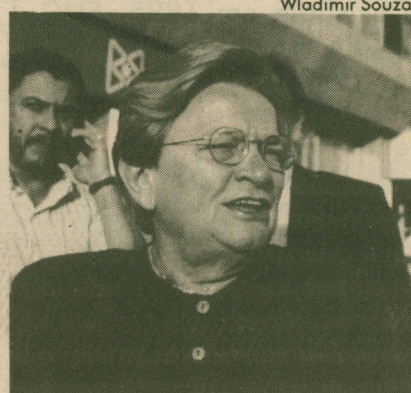
A razão que explica por que o **PSTU** está sendo perseguido no seu horário eleitoral é que o seu programa é o único a denunciar os planos e falcatruas dos governos e candidatos burgueses, já que até agora o PT optou pela omissão, ao continuar dizendo sim para todos.

O PT de Erundina que diz sim, senhor

Na televisão, no rádio, em seus outdoors e panfletos, o slogan do PT em São Paulo é: *"Erundina, o PT que diz sim"*. Desta forma, Erundina pretende se credenciar perante o empresariado e a alta classe média e acabar de vez com qualquer imagem de radical.

Os primeiros programas de televisão chegaram a passar do ridículo. Erundina aparece bucólica, sozinha em um parque, entre gravetos e pensativa, para logo em seguida vir com a seguinte frase: *"na última gestão, nós governamos para os mais necessitados. Foi importante. Mas isso só não basta, um prefeito de uma cidade como São Paulo tem que governar para todos"*.

Com esta proposta, de governar para todos, o PT esqueceu a defesa dos direitos dos trabalhadores e passou a peregrinar nos meios empresariais, não apenas para apresentar seu programa, mas fundamentalmente para conquistar simpatia e, se possível, apoio. Estas visitas incluíram entre outros, o sindicato dos empreiteiros.

De quebra, além de evitar qualquer tipo de crítica a setores da burguesia, durante o programa de televisão, o PT promete contribuir para a estabilidade do Plano Real. (C.P.)

Wladimir Souza

Luiza Erundina

Candidato faz debates nos sindicatos

A campanha de Valério começou a aparecer também nas visitas a bancos, escolas, bairros e em debates nos sindicatos. No dia 5 de agosto, o Sindicato dos Professores do Município de São Paulo organizou um debate, convidando todos os candidatos a prefeito. O debate, que contou com a presença de cerca de 900 professores, acabou acontecendo entre Valério Arcary e o candidato a vice-prefeito pelo PT, Aloísio Mercadante.

O debate foi marcado pelo questionamento à atual campanha do PT. Mercadante não conseguiu responder à pergunta de Valério sobre se a política de parcerias com os empresários, defendida pelo PT, elevaria ou rebaixaria as condições de vida dos trabalhadores.

Vereadores têm atos de lançamento

A campanha dos vereadores do PSTU em São Paulo já largou pra valer. O partido tem candidatos em várias categorias de trabalhadores, na juventude e em alguns bairros populares. Também já foram realizados os atos ou festas de lançamento das campanhas. Um dos destaques foi o lançamento da candidatura do funcionário dos correios Daniel Reis, com uma festa no seu bairro, na zona sul da cidade, que reuniu cem pessoas.

PSTU é única campanha classista

A campanha classista do PSTU chamou a atenção de vários analistas e articulistas que escrevem na grande imprensa. Por exemplo, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues observou que "à exceção do PSTU os partidos abandonaram os apelos de classes sociais." (O Estado de S.Paulo, 5/8/96). No jornal Folha S. Paulo, de 8/8/96, o jornalista Nelson de Sá, em artigo sobre o horário eleitoral e a campanha "positiva" do PT, escreveu que: "O risco é abrir espaço a reações inesperadas, também à esquerda... Um risco acentuado quando o PSTU, grupo saído do PT, joga no ar o grito diga não!."

Reforma agrária é saída para desemprego e fome

Marco Antônio Ribeiro,
da redação

Wladimir Souza

O inchaço das grandes cidades tem solução. O desemprego e a fome, também. Mas a solução não está nas cidades. A solução está no campo. A reforma agrária é a forma mais barata, rápida e eficaz de acabar com o desemprego, baratear o preço dos alimentos e absorver os excedentes populacionais que se encontram marginalizados nas grandes cidades.

Para gerar um emprego na cidade, o comércio precisa investir entre R$ 30 e 45 mil. Na indústria esse valor pula para US$ 80 mil. Mas para assentar um trabalhador rural são necessários apenas R$ 14.5 mil. Os números foram divulgados pelo Movimento dos Sem Terra.

O financiamento de uma casa popular custa, ao Estado, cerca de R$ 40 mil. E resolveria unicamente o problema da moradia. Com R$ 2,9 bilhões, o governo assentaria 200 mil famílias, resolvendo o problema não só de moradia, como fornecendo as condições para uma vida digna para essas famílias.

De quebra a reforma agrária criaria empregos nas cidades em toda a cadeia produtiva ligada à agricultura, na produção de fertilizantes, defensivos animais e vegetais, tratores e colheitadeiras.

Dinheiro para o financiamento da reforma agrária é o que não falta. Para o Proálcool o governo destinou R$ 10 bilhões e para os banqueiros R$ 13 bilhões. O dinheiro que FHC deu em um ano para os banqueiros daria para assentar 900 mil famílias, bem mais do que as 60 mil que FHC prometeu e não assentou.

FHC falsifica números

O presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu assentar apenas 60 mil famílias em 1996. É muito pouco. Nas regiões sul e sudeste há 13.442 famílias acampadas, mas a meta do governo prevê assentar apenas 6.950.

FHC não vai cumprir sua promessa e já começou a falsificar os números. Das 60 mil famílias que prometeu assentar, 11.753 serão assentadas em projetos já existentes, ou seja, em terras já desapropriadas para a reforma agrária.

Não é a primeira vez que FHC não cumpre uma promessa feita aos sem-terras. Em julho de 1995 ele prometeu assentar todos os sem terras acampados até o final daquele ano. Não só não os assentou, como não priorizou o assentamento de acampados.

Dos 182 acampamentos que existiam em 1995, FHC só resolveu a situação de 58. Eram 29.082 famílias acampadas, mas só 6.993 foram assentadas.

Em outubro do ano passado, o MST denunciou que o então ministro do Planejamento havia cortado o orçamento da reforma agrária em 64%. O Incra havia proposto um orçamento de R$ 3,15 bilhão e o então ministro do Planejamento e hoje candidato do PSDB à prefeitura de São Paulo, José Serra passou a tesoura. O Orçamento ficou em R$ 1,1 bi. (M.A.R.)

No Brasil falta terra e sobra latifúndio

Terra para fazer a reforma agrária é o que não falta neste país. Segundo dados do próprio Incra, existem no Brasil, 85.781 latifúndios que podem ser considerados "improdutivos" de acordo com a lei federal 8.624/93. Estes latifúndios concentram uma área de 115 milhões de hectares. Expropriá-los para fazer a reforma agrária já seria um bom começo.

O Movimento dos Sem Terra, através de um dos seus lideres, João Pedro Stédile, afirmou, no dia 5 de agosto, que o MST iria ocupar as fazendas dos latifundiários que deram o calote no Banco do Brasil. A imprensa, o governo e, é claro, os latifundiários chiaram. O ministro Raul Jungmann ficou nervoso com a proposta e afirmou que ela era uma *"questão de segurança pública"* e que devia ser combatida pelas polícias estaduais. Não fez mais do que reafirmar o chavão conservador: "a questão social é um caso de polícia".

Não há, entretanto, motivos para tanta chiadeira. Na cidade, quando o trabalhador não paga o crediário da televisão, a financeira vai e a toma. Por que, então, o governo perdoa as dívidas dos latifundiários?

Em março do ano passado o Banco do Brasil divulgou que 1.276 fazendeiros deviam ao BB R$ 2,3 bilhões de reais, 71% do total das dívidas do rombo do crédito agrícola. O empréstimo médio destes devedores era de R$ 1,8 milhão, um montante muito superior ao que qualquer pequeno ou médio produtor tomaria emprestado.

O BB possui o penhor dessas terras. O MST calcula que se o governo expropriasse esses latifúndios haveria cerca de 1 milhão de hectares sem custos para a reforma agrária.

Expropriar esses caloteiros, sem direito a indenização, deveria ser a primeira medida tomada se o governo federal quisesse mesmo fazer a reforma agrária.

Na prática isto já está acontecendo. No dia 24 de junho, mais de 300 famílias ocuparam a fazenda Pomasa, no município catarinense de Friburgo. A área de 480 hectares estava hipotecada no Banco do Brasil do município. **(M.A.R.)**

Utilização da terra no Brasil
(propriedades de 500 a10 mil hectares)

Área total possuída	150 milhões de hectares
Área de lavoura	10 milhões (6% do total)
Área de lavoura permanente	1 milhão (0,6% do total)
Áreas de pastagens	86 milhões (60% do total)
Áreas não utilizadas	54 milhões (30% do total)

Fonte: Jornal dos Trabalhadores Rurais SemTerra (novembro/94)

Latifúndio é arcaico e improdutivo

Fernando Henrique vive chamando seus inimigos de "arcaicos". O príncipe do moderno neoliberalismo deveria olhar para seu lado. Os grandes latifúndios que o apóiam são improdutivos e atrasados. A conclusão não é do **PSTU**, nem do MST, é da FAO (organismo da ONU) e do Incra.

Que os grandes latifúndios, propriedades com mais de 10 mil hectares eram improdutivos, isso não representava novidade para ninguém. As 2 mil propriedades existentes no país com mais de 10 mil hectares totalizam cerca de 56 milhões de hectares. Elas não produzem quase nada, são apenas um investimento especulativo para seus proprietários, reserva de valor.

A novidade do relatório *"Diretrizes para uma política Agrária — FAO/Incra"* é que a maioria das propriedades com áreas entre 500 e 10 mil hectares são improdutivas e utilizam métodos arcaicos. A área total dessas propriedades representa 54 milhões de hectares, 30% dessa área não produz absolutamente nada. E apenas 6% do total (10 milhões de hectares) é área de lavoura.

As pequenas propriedades de 20 a 100 hectares dedicam uma área muito maior à lavoura (14,5 milhões de hectares). Sequer na pecuária a grande propriedade bate a pequena. As grandes propriedades (de 500 a 10 mil hectares) são responsáveis por apenas 41% do rebanho bovino, 6% do suíno e 4% da produção de aves.

Além de improdutiva a grande propriedade é arcaica: 65% não possuem nenhuma assistência técnica e 52% não usam trator. **(M.A.R.)**

Wladimir Souza

PSTU defende terra para os trabalhadores

Uma prefeitura dos trabalhadores deve apoiar de forma decidida a reforma agrária e as ocupações de terra. O PSTU considera que ela é a forma mais rápida, barata e eficaz de lutar contra o desemprego e a fome nas grandes cidades. Por isso é preciso criar linhas de crédito agrícola barato para os assentamentos e para os pequenos produtores rurais.

Já há experiências concretas demonstrando os efeitos benéficos da reforma agrária. Pesquisa FAO/Pnud realizada em 44 assentamentos definitivos mostrou que a renda média mensal dos trabalhadores nos assentamentos é sensivelmente superior à renda dos mensalistas na agricultura. A maior diferença encontra-se no Nordeste. Enquanto um mensalista ganha em média 0,09 salários mínimos, um assentado ganha 0,86. A renda média familiar nos assentamentos é de 3,7 salários mínimos (5,62 salário na região Sul), muito superior à renda média nas famílias rurais e próxima da renda média nacional (incluindo o setor urbano e rural).

Não só a renda familiar nos assentamentos é superior à renda dos trabalhador rurais, como a qualidade de vida é muito superior. A taxa de mortalidade infantil, em 1986, no Sudeste era de 38,4 crianças por mil nascidas e no sul, 37. Em 1991, nenhuma criança morreu nos assentamentos pesquisados nas regiões Sul e Sudeste.

Sem terras diminuiram a mortalidade infantil nos assentamentos

Produzir alimentos para as cidades

Os assentamentos dos sem-terras estão produzindo alimentos baratos através da cooperação agrícola. A terra é utilizada de forma comum por um grupo de famílias de agricultores, que cedem toda sua terra ou uma parte dela para ser cultivada pelo grupo. A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil, fundada em 1992, já congrega 43 cooperativas de produção agropecuária, seis cooperativas regionais de comercialização e oito cooperativas centrais de reforma agrária.

No município de Cantagalo, no Paraná, a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná (Coagri) é um exemplo da cooperação agrícola. Construída há três anos, a Coagri já tem um faturamento anual de R$ 2 milhões.

Eliminar os atravessadores

Levantamento feito em 1994, pelo MST, comparando os preços recebidos pelo agricultor e o preço pago pelo consumidor na cidade, mostrou que os atravessadores estão fazendo a festa. Nas cidades o leite custava 328% mais caro; a batata, 175% a mais; o feijão, 220%; o frango, 136% e o arroz 240%. Uma prefeitura dos trabalhadores deve criar as condições para que os assentamentos, as cooperativas agrícolas e os pequenos produtores rurais comercializem diretamente na cidade seus produtos. Deve criar armazens municipais e facilitar o transporte dos produtos.

Remuneração mensal da mão-de-obra rural
(em salário mínimo)

Regiões	Remuneração de mensalista	Remuneração mensal média	Renda mensal por trabalhador
Centro-Oeste	1,14	2,10	1,72
Nordeste	0,09	1,21	0,86
Norte	1,08	1,95	2,03
Sudeste	1,12	1,80	1,38
Sul	1,06	2,02	2,23

Fonte: Fundação Getúlio Vargas / IBE (CEA)

Trabalhadores lutam para manter emprego

Luiza Casteli,
da redação

No último dia 8, cinco pessoas ficaram feridas durante a ocupação da sede do Ministério da Fazenda, feita pelos trabalhadores demitidos da metalúrgica Sofunge e da têxtil Vicunha, em São Paulo. Todas as vítimas do conflito com a polícia militar e seguranças do Ministério eram sindicalistas ou trabalhadores. A ocupação terminou no dia 9, com a promessa de um acordo entre trabalhadores e empresários, mediado pelos governos estadual e federal.

A decisão de ocupar veio após o fracasso das negociações com as duas empresas, que estão fechando as portas e demitindo todos os funcionários. Segundo José Gonzaga de Queiroz, diretor do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, a unificação da luta entre metalúrgicos e têxteis é uma resposta ao aumento do desemprego e à política dos empresários paulistas de demitir sem qualquer motivo: *"estas são as duas primeiras fábricas, depois virão outros fechamentos. Não se pode fechar fábricas e dispensar os funcionários sem nenhuma satisfação, como os empresários estão fazendo."*

A Sofunge anunciou sua liquidação e a demissão de 1.500 funcionários. Os metalúrgicos denunciam o "sumiço" das máquinas, única garantia dos demitidos de receberem o pagamento de seus direitos. A Vicunha pretende transferir a produção de São Paulo para as unidades de Americana (interior do estado) e Anápolis (Goiás). Com isso, seriam dispensados 1.200 trabalhadores.

Após a ocupação o governo teve que abrir negociações

Depois da saída dos trabalhadores da sede do Ministério, a Vicunha propôs um acordo, com pagamento de dois avisos-prévios aos demitidos, prioridade de contratação em outras empresas do grupo e suspensão das dispensas dos que gozam de estabilidade. O caso Sofunge foi parar no Ministério Público do Trabalho, para investigação de porque a empresa, comprada em novembro pela Fundição Tupy, entrou em crise tão rapidamente.

O governo federal jogou em cima dos trabalhadores a responsabilidade pela violenta repressão realizada pela polícia militar e pelos funcionários da segurança do Ministério da Fazenda. FHC declarou, através de seu porta-voz Sérgio Amaral, que o governo *"condena todo tipo de invasão e medidas sem amparo legal"*.

Para FHC não importa se a Sofunge e a Vicunha têm "amparo legal" para colocar quase 3 mil trabalhadores na rua. O que importa para ele é condenar a ocupação realizada pelos trabalhadores e respaldar qualquer repressão à luta pela garantia do emprego e de salários dignos.

Este episódio mostrou o crescimento de uma resistência ativa dos operários, que não aceitam as demissões nem a política do governo federal. O problema é que há um agravamento da crise do desemprego. Somente no mês de julho, a indústria paulista fechou 14 mil vagas. Esta situação, aliada a disposição de resistir, explica por que até os sindicalistas da ultra-colaboracionista Força Sindical foram obrigados a comandar a ocupação no Ministério da Fazenda.

Wladimir Souza

Trabalhadores durante ocupação no Ministério da Fazenda

Queremos a estatização da Vicunha

Entrevistamos Alexandre Fusco, ex-metalúrgico e candidato a vice-prefeito de São Paulo pelo PSTU, sobre as demissões da Vicunha e Sofunge.

Opinião Socialista — Qual sua opinião sobre estas demissões?

Fusco — No caso da Sofunge é diretamente uma barbaridade. Há 20 dias os empresários simularam a quebra do forno da fundição e deram licença para todos os funcionários. Após uma semana, tiraram as máquinas e demitiram.

Na Vicunha os trabalhadores ocuparam a fábrica para impedir a saída das máquinas e foram retirados por mandato judicial. A Vicunha não está em crise. Transferir a produção para outras cidades onde a empresa paga salários mais baixos é uma forma de super-explorar os trabalhadores. Se a Vicunha pode hoje ter fábricas mais modernas, isso é fruto do trabalho dos operários que estão sendo demitidos.

Opinião Socialista — Qual a proposta do PSTU?

Fusco — Primeiro, o PSTU apoia as ocupações como formas legítimas de luta dos trabalhadores.. Na Sofunge, defendemos o embargo dos bens dos donos da empresa e a volta das máquinas sob controle dos trabalhadores. Na Vicunha, a manutenção da fábrica de São Paulo, com estatização. Queremos a garantia de emprego destes 3 mil trabalhadores. Além disso, pensamos que para combater o desemprego é preciso ter redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

Congresso rejeita sindicato orgânico

Priscilla Junqueira
de Belo Horizonte/MG

Realizado entre 26 e 28 de julho, o 5º Congresso da Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais teve participação de 305 delegados e mostrou os dois projetos que estão em disputa no movimento. O da Articulação Sindical, com sua proposta de sindicato orgânico, e o projeto de enfrentamento com o governo FHC, com a proposta de unificação e democratização dos Sindicatos.

Os metalúrgicos mineiros rejeitaram o sindicato orgânico e optaram por organizar uma jornada de lutas estadual.

As resoluções aprovadas foram: contra as reformas neoliberais de FHC, em defesa do emprego, todo apoio aos companheiros sem-terras e a organização de uma campanha salarial Unificada com outras categorias.

MTS cresce na categoria

A rejeição à proposta de sindicato orgânico foi possível graças à intervenção dos companheiros do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), que esclareceram que a maioria da direção da CUT quer transformar nossos sindicatos em meras subsedes de sua política, colocando a base cada vez mais distante das instâncias deliberativas. A categoria rejeitou o projeto e ainda elegeu uma chapa que garantiu maioria para o MTS e, com isso, a certeza do encaminhamento do plano de lutas.

Articulação derrotada

O MTS chamou a conformação de uma chapa única para dirigir a Federação Democrática nos próximos dois anos.

A Articulação Sindical recusou a proposta e formou sua própria chapa com os petistas da Alternativa Sindical Socialista.

A chapa formada pelo MTS e a Corrente Sindical Classista (que votou com o MTS durante todo o Congresso, à exceção da unicidade sindical) obteve 177 votos (63%). A chapa Articulação/ASS conseguiu 104 votos (37%).

Estaduais paulistas derrubam congelamento de verbas

Universidades lutam contra sucateamento

Alcydes Falcão,
da redação

Os governos federal e estaduais vêm tentando aplicar diversos projetos visando acabar com a educação pública. Nas universidades estaduais, este processo se dá através do sucateamento das mesmas, com a redução de seus orçamentos.

Para as estaduais paulistas, por exemplo, o governo estadual aprovou, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano passado, o congelamento do repasse de 9,57% do ICMS para a USP, Unesp e Unicamp, aos valores nominais de 1995, o que significou, em 1996, um repasse de 8,52% do ICMS. Devido ao corte, a USP vem reduzindo o subsídio ao bandejão em 10% por semestre; só em julho deste ano, o custo da refeição subiu de R$ 0,80 para R$ 1,60, ou seja, 100% de aumento.

A falta de recursos provoca redução no quadro de professores

Outro exemplo da falta de recursos é a drástica redução do quadro de professores. Como em 1988 foi aprovada a "autonomia" das estaduais paulistas, o governo estadual parou de pagar as aposentadorias dos docentes, passando o abacaxi para as próprias universidades. Com a diminuição do orçamento a reitoria da USP, por exemplo, proibiu a contratação de um professor para substituir outro que se aposente. A contratação só pode ser feita se o aposentado se desligar da universidade ou... morrer. O efeito desta política já pode ser sentido em diversas faculdades. Na de Direito, por exemplo, cerca de um terço dos professores dão aula em caráter de "convidados", ou seja, sem receber salário.

Em resposta a esta política do governador Mário Covas (PSDB), as comunidades universitárias da USP, Unesp e Unicamp mobilizaram-se no primeiro semestre deste ano e conseguiram derrubar, na Assembléia Legislativa, o congelamento das verbas para 1997, garantindo o repasse integral dos 9,57% do ICMS. Além disso, derrotaram a emenda proposta pelo deputado Vaz de Lima (PSDB) que previa a cobrança de mensalidades nas estaduais de São Paulo.

Para José Vitório Zago, professor da Unicamp e diretor do Sindicato dos Trabalhadores dessa universidade, *"o repasse integral dos 9,57% foi uma vitória de nossa mobilização, mas não podemos nos esquecer, que em 1988 recebíamos 11% do ICMS e esta era uma de nossas reivindicações. É preciso continuar lutando, pois só assim garantiremos uma educação pública gratuita e de qualidade."*

Arquivo

Greve no primeiro semestre barrou congelamento de verbas

Proposta reduz autonomia

O governo federal apresentou ao Congresso o PEC 370 (Projeto de Emenda Constitucional) que pretende dar "autonomia" às universidades federais e abre caminho para sua aplicação também nas estaduais.

Na verdade, o governo propõe autonomia na captação dos recursos, deixando as universidades à mercê da iniciativa privada. Para os capitalistas brasileiros, é mais barato piratear tecnologia do que investir em pesquisa. Por isso, a tal autonomia só servirá para desobrigar o Estado de custear o ensino superior no país.

Como se fosse pouco, a PEC 370 também ataca a democracia nas universidades, limitando a participação de estudantes e funcionários na eleição de reitores e diretores. (A.F.)

"Queremos mais verbas para estaduais paulistas"

***Opinião Socialista** entrevistou Marcelo Dantas, aluno de história da USP e candidato a vereador pela juventude do **PSTU** em São Paulo.*

Opinião Socialista — Nesta batalha em defesa do ensino público, é possível derrotar o governo?

Marcelo — Claro! Nós demonstramos isso no primeiro semestre, quando unificamos os estudantes, professores e funcionários. Este ano derrubamos o congelamento do repasse de ICMS, agora é lutar para aumentar nossas verbas. Queremos 11% do ICMS para as estaduais paulistas.

Opinião Socialista — O que mais é preciso para melhorar a qualidade das universidades estaduais?

Marcelo — Bom, é preciso também abrir concurso para a contratação de professores e funcionários, obviamente pagando um salário digno a estes. Do ponto de vista democrático, temos que lutar contra o PEC 370. Queremos eleições diretas para reitor e diretor em todas as estaduais, e também nas federais, reitor eleito é reitor empossado. Temos que acabar com essa palhaçada de lista tríplice e eleição indireta.

Polêmica sobre Tiririca continua

Wilson H. da Silva
da redação

Várias entidades do movimento negro já entraram com ações judiciais contra a música Veja os cabelos dela, do cantor Tiririca. As ações foram movidas porque a música é asquerosamente racista, reproduzindo alguns dos piores estereótipos em relação às mulheres negras. Como afirmamos no Opinião Socialista nº 8, a denúncia é corretíssima, pois já se foi o tempo em que os negros se calavam diante desse tipo de ataque, aceitando-os como "brincadeirinhas" inocentes.

Nem racismo, nem censura

A maioria dessas ações pede o recolhimento do disco e a proibição de sua execução nas rádios e TVs. Em um ótimo artigo publicado na Folha de S. Paulo, de 9/8/96, intitulado "Censura, não; ofensa basta" o cantor Chico César, alertou para o perigo que se esconde por trás desse debate. Opondo-se a qualquer tipo de censura, Chico César defende que cabe a nós, "negros e brancos comprometidos com a liberdade de expressão e a convivência digna entre brasileiros (...) procurar formas de ações cotidianas e coletivas de combater a ofensa". Só podemos aplaudir a posição de Chico César.

Essa luta é nossa

Acreditar que será através da censura que iremos combater o racismo é um erro gigantesco. Somente nossa luta organizada pode impedir que Tiririca ou qualquer outro continuem a reproduzir seus preconceitos. Obviamente, isso não significa parar com a denúncia, mas sim trazê-la para o campo correto: boicotar as rádios que divulguem a música, as lojas que vendam o disco e o cantor e sua gravadora (a Sony). Transferir essa luta para as mãos do Estado não é apenas errado. É pior. Em última instância, signifca legitimar um poder que inevitavelmente se volta contra nós e todos aqueles que de fato lutam pelo fim dos preconceitos e a plena liberdade.

O que está por trás do "Custo Brasil"

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas (IES)

Há uma certa leviandade teórica nas explicações oficiais do chamado "Custo Brasil", quer dizer, nos elevados custos de produção e baixa competitividade das empresas nacionais.

Se a economia política do protecionismo estatal sempre garantiu que aquelas empresas poderiam se desenvolver com subsídios e isolamento, a economia política liberal afirmava que a abertura do mercado e a livre competição as levariam a uma natural adaptação produtiva, a uma elevação de eficiência e de competitividade. Mas o que se verifica atualmente é que as coisas não são tão simples: até as "empresas-modelo"— todas carregando no bolso o certificado ISO-9000 — estão balançando aos ventos da globalização. É o caso de empresas como Cofap, Metal Leve, Estrela, Confab, Romi, Alpargatas, Duratex, Sofunge... Até pouco tempo atrás elas eram consideradas "ilhas de eficiência". Agora, estão todas "no vermelho", esperando alguma proposta de fusão ou incorporação com as gigantes multinacionais concorrentes ou, simplesmente, fechando as portas.

Empresas consideradas "ilhas de eficiência" estão atrás de fusões

O problema é que nenhuma das vertentes da economia política capitalista pode reconhecer as bases mais profundas da baixa produtividade nacional e da impossibilidade de competição das empresas brasileiras privadas no jogo pesado do livre comércio internacional. Não podem reconhecer que a produtividade efetiva de uma indústria nacional se baseia nas condições de reprodução da força de trabalho, nas condições de existência da população trabalhadora; em resumo, na única fonte de valorização do capital.

Não podem reconhecer que apenas a introdução de máquinas modernas, a disponibilidade de crédito para a produção ou protecionismo para as empresas nacionais não são suficientes para compensar indefinidamente a ociosidade da terra, a baixa produção de alimento de base, os menores salários reais do mundo, a destruição física dos trabalhadores com prolongamento da jornada, acidentes de trabalho etc. A economia política dos capitalistas é incapaz de identificar as próprias fragilidades da valorização do capital e da produtividade industrial em uma economia dominada e dependente na divisão imperialista do trabalho.

Wladimir Souza

Empresas que eram modelo estão sendo vendidas a grupos estrangeiros

Para ela não é importante, por exemplo, relacionar a estagnação da área agrícola cultivada com os baixos salários reais e, finalmente, com a baixa produtividade na economia nacional. Entretanto, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) órgão do Ministério do Planejamento, a área plantada no Brasil está sendo gradativamente reduzida: nos anos 80 girava em torno de 55 milhões de hectares. Nos anos 90 não passa de 49 milhões.

Quanto maior a jornada da empresa, menor será a sua competitividade

Para ela não é importante, também, o fato que a indústria brasileira se caracteriza pela **produção extensiva de capital**: elevada participação de trabalho vivo e, simultaneamente, extensão da jornada de trabalho. Desconhece uma lei econômica segundo a qual: **a produtividade do trabalho varia inversamente à duração da jornada de trabalho.** Em outras palavras, quanto mais extensa a jornada, menor a produtividade. Quanto mais curta a jornada, maior a produtividade. Pode-se acrescentar, para se entender a realidade de mercado das empresas brasileiras que, **quanto maior a jornada, menor a sua competitividade.**

A produção extensiva na indústria e a agricultura extensiva são os dois lados de uma mesma moeda. O prolongamento dos limites territoriais para aumentar o *capitel* (cabeças bovinas) corresponde ao prolongamento dos limites da jornada de trabalho para aumentar o capital. Ao desemprego da terra corresponde o desemprego do trabalho.

A economia política dos capitalistas (tanto a vertente protecionista quanto a liberal) desdenha destas formulações da economia política dos trabalhadores. No entanto, eles são incapazes de esclarecer por que a globalização da economia brasileira se realiza na forma de um processo francamente destruidor de "empresas-modelo" nos mais variados setores econômicos nacionais — agricultura, indústria, comércio exterior, bancos etc.

De nossa parte, podemos afirmar que os fundamentos do elevado "Custo Brasil" estão na forma primitiva de se acumular capital no Brasil, quer dizer, na inferioridade relativa da produtividade econômica nacional frente a outras economias onde há muito tempo já se realizaram profundas reformas agrárias e onde se promove periodicamente reduções da jornada de trabalho.

EUA

Clinton quer ser "dono do mundo"

Depois de tentarem impor a Lei Helms-Burton, com a qual pretendem punir as empresas que mantiverem relações comerciais com Cuba, os Estados Unidos acabam de aprovar a Lei D'Amato, que promete sanções, multas e outros "castigos" para todos aqueles que ousarem manter comércio com a Líbia e o Irã, países que Clinton e o restante da classe dominante norte-americana consideram berços mundiais do "terrorismo". Segundo esta lei, as sanções serão aplicadas contra qualquer empresa que fizer investimentos acima de US$ 40 milhões anuais nas indústrias de petróleo e gás desses países.

Tiro pela culatra

Quando Clinton sancionou a Lei criada por um senador republicano ultra-conservador e reacionário, Alfonse D'Amato, ele estava de olho em sua reeleição. Contudo, apesar dos aplausos internos, a lei causou uma verdadeira onda de protestos internacionais e pode provocar retaliações caso venha a ser implementada. Até mesmo fiéis aliados do regime norte-americano, como a Inglaterra, se levantaram contra a proposta de Clinton, denunciando algo que é óbvio: o Congresso dos EUA está se dando o direito de aprovar leis que têm que ser aplicadas pelo resto do mundo.

Indignação milionária

Claro que a atitude do governo norte-americano deve ser repudiada. Mas a indignação dos demais países imperialistas não tem muito a ver com uma defesa desinteressada da soberania de seus países ou algo parecido. O que está em questão são milhões de dólares. No ano passado, a empresa francesa TOTAL assinou um contrato de US$ 600 milhões para explorar petróleo no Irã; a italiana Agip está prestes a construir um oleoduto na Líbia; a Repsol (espanhola), a Petrofina (belga), a OMV (austríaca) e a Veba (alemã), são exemplos de outras empresas que mantêm negócios com o Irã ou com a Líbia. Em outras palavras, a arrogância de Clinton bateu de frente com a sede de lucros de seus "amigos".

Greve geral repudia planos de Menem

Estela Maris,
da redação

Reuters

Argentinos realizaram passeatas no dia da greve

A greve geral do dia 8 passado foi a maior em sete anos de gestão menemista à frente do governo argentino. Em Buenos Aires, a capital, a greve foi muito forte. A indústria parou, os transportes não funcionaram. Não havia trens, nem metrô, nem ônibus, nem aviões. Até o comércio e as pequenas e médias empresas pararam. A Corte Suprema de Justiça declarou o dia "não-útil". As escolas não funcionaram.

Nas províncias, a paralisação foi total. Em Córdoba, a segunda do país, o governo decretou feriado pelo clima de tensão social, e cerca de 10 mil trabalhadores se manifestaram no centro da cidade. Na Patagônia houve uma forte paralisação, especialmente em Neuquen, onde os transportes não funcionaram. Em Tierra del Fuego, se destacaram os metalúrgicos e os caminhoneiros. Em Rosário, não funcionou o transporte, não houve aulas, o comércio fechou e duas estradas foram bloqueadas.

O grande problema de Menem é que os compromissos feitos com o Fundo Monetário Internacional são exigentes demais, para um país que já vendeu praticamente todos os recursos nacionais. No dia anterior à greve, os deputados discutiram a privatização das centrais nucleares e os senadores a dos aeroportos. O primeiro efeito desta greve geral é que o novo ministro da Economia, Roque Fernández pediu ao FMI (que estava com uma equipe de técnicos na Argentina durante a greve) alguns dias a mais para apresentar aos argentinos as novas medidas exigidas pelo Fundo.

> **Os trabalhadores não têm mais ilusões nos planos do governo Menem**

A greve geral demonstrou também que a tentativa do governo de mostrar que o problema da Argentina era Cavallo, não está dando certo. Fernández vem para aprofundar as medidas antipopulares e esta paralisação aumenta a crise do governo. Menem pode trocar de ministro, de discurso, até de nome, mas o descontentamento dos trabalhadores continua crescendo e nesta greve expressou-se conscientemente a decisão de romper com o plano. Não há mais ilusões com a política econômica de Menem entre os trabalhadores e o povo argentino. Esta é a principal conclusão que se pode extrair da paralisação de 8 de agosto.

Durante estes sete anos de gestão menemista a estabilidade econômica tinha um peso enorme e era o que permitia, entre outras cosias, o governo ganhar eleições avassaladoramente. Mas o custo de ser um dos exemplos internacionais do neoliberalismo foi pago pelos trabalhadores. Além da entrega do Estado, o ataque às suas conquistas e um escandaloso índice de desemprego estão chegando a um ponto intolerável.

A situação dos trabalhadores é tão grave que os próprios burocratas das centrais sindicais, começando pela CGT oficialista, foram obrigados primeiro a chamar a greve geral e depois, a recusar o convite do governo para dialogar. Eles mantiveram a exigência ao governo de recuo deste nos cortes do salário-família.

Deter a ofensiva neoliberal

Depois do 8 de agosto, está colocada agora para os trabalhadores e o povo argentino a necessidade de continuar a lutar contra o governo, na perspectiva de acabar com este plano e também com o governo Menem.

Mais do que isso, os trabalhadores precisam apresentar um plano econômico que seja uma alternativa e que imponha as suas reivindicações. A ruptura com os principais grupos econômicos que dominam o país, a renacionalização das empresas privatizadas, a exigência de um plano de obras que gere empregos, são medidas necessárias para tirar os trabalhadores do caos social em que o governo os colocou. Diga-se de passagem, muitas destas medidas são bastante parecidas com as reivindicações que os trabalhadores brasileiros e de todo o continente precisam levantar para deter a ofensiva neoliberal.

Assim como os acordos regionais, como o Mercosul, favorecem os monopólios na sua ofensiva exploradora contra os trabalhadores, qualquer avanço da luta dos trabalhadores em um dos países que o integram, fortalece tanto o povo argentino quanto os demais povos da região. (E.M.)

Dar um basta à repressão

O governo argentino, apesar da crescente onda de protestos, mantém encarcerados Horacio Panario, Alcides Christiansen e agora Basilio Estrada.

A situação destes companheiros é grave porque eles estão enquadrados sob acusações que podem condená-los até a dez anos de prisão por lutarem contra o desemprego que assola o povo argentino. Horacio está preso desde outubro de 1995.

Frente a esta grave injustiça continuamos chamando todas as organizações dos trabalhadores e estudantes para enviar a solidariedade aos companheiros e organizar todo tipo de iniciativas que contribuam com a campanha internacional pela libertação dos socialistas argentinos. Lembramos que fax e telegramas devem ser enviados:

Casa de Gobierno de Neuquen
Roca esquina Rioja
Neuquen - Argentina
Fax: 00549-942-7113

Operários são presos na Ucrânia

Um grupo de mineiros foi preso e processado por terem participado em ações na greve da região do Donbass, na Ucrânia, durante 15 dias (de 3 a 18 de julho). Solicitamos que sejam enviados telegramas ou fax exigindo a liberdade dos ativistas mineiros e dirigentes do Comitê de Greve de Donetz, o fim das perseguições e repudiamos proscrição do Comitê de Greve.

As mensagens devem ser enviados para o juiz na Ucrânia:

340000 Donetz
Donetzky Oblasthoy
Arbitrazhny Sud
(Arbetral Judge)
(Donetzkas Region)

A solidariedade para o Comitê de Greve de Donetz na Ucrânia para:

340000 Donetzk ul. Artema
63 km.14
Ucrânia

FAX:
00 38 0622 90 54 47
00 38 0622 93 21 55

Contra Burguês, vote 16! ...e participe da campanha do PSTU

Gislaine

Pelas notícias que nos chegam de todo o país, nossa campanha no rádio e na televisão está fazendo sucesso. Muitos são os trabalhadores e jovens, homens e mulheres, que nos procuram para dizer que gostaram de nossos programas e que estamos certos em denunciar os partidos e candidatos burgueses, com suas propostas demagógicas.

Na grande imprensa, de uma maneira geral, saem notícias sobre o **PSTU**, afirmando que somos o único partido que defende a independência de classe e as lutas dos trabalhadores.

Queremos de fato sair destas eleições como o partido que afirma que os ricos devem pagar pela crise que eles criaram. Não acreditamos na possibilidade de "governar para todos", como querem o PT e o PCdoB.

Mas não é só na mídia que o **PSTU** estará presente. Nossa campanha pode e deve dirigir-se às principais fábricas, escolas e bairros da periferia das cidades. Em cada município — com nossos panfletos, faixas e carros de som — em que apresentemos os nossos candidatos, podemos também pedir uma contribuição financeira para custear nossos gastos e oferecer o nosso jornal, o **Opinião Socialista**.

Queremos que cada trabalhador ou jovem oprimido nos conheça e junto conosco **Diga Não** a tudo que está aí.

Você que é nosso leitor e que concorda com as nossas propostas, também pode nos ajudar. Telefone ou passe nas nossas sedes e veja como você pode participar da campanha eleitoral do **PSTU**. As formas são muitas: colocar uma faixa em sua casa ou um adesivo em seu carro, distribuir panfletos em seu local de trabalho, estudo ou moradia; participar dos comitês dos nossos candidatos; vender os nossos materiais de campanha (pois essa é a única maneira de conseguirmos dinheiro); e também assinar o **Opinião Socialista** ou divulgá-lo para outras pessoas. Enfim, você pode nos ajudar de várias maneiras e todas elas serão muito bem vindas.

Divulgar o Opinião Socialista nas plenárias da CUT

Nas próximas duas semanas serão realizadas as Plenárias Estaduais e a Plenária Nacional da CUT. Serão eventos em que centenas de sindicalistas estarão reunidos.

O Opinião Socialista estará presente em todos essas plenárias, divulgando as idéias e propostas do PSTU e a nossa campanha de assinaturas.

Em João Pessoa, na Paraíba, os companheiros do PSTU vão organizar uma banca com jornais, livros, faixas, panfletos e outros materiais de propaganda nas assembléias e na plenária da CUT. Este é um bom exemplo. Nestas plenárias também será importante que todos os militantes do PSTU procurem os participantes para mostrar o Opinião Socialista e oferecer uma assinatura.

Opinião SOCIALISTA

Candidato gay em Goiânia combate política de gueto

Campanha do PSTU cresce nas fábricas em São José

Light privatizada demite em massa no Rio de Janeiro

Guerras na África negra são herança da divisão colonial

Assine o

Envie este cupom para: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - SP - CEP: 04126-000

Nome completo ____________________

Endereço ____________________

Cidade ________ UF ____ CEP ________

Semestral (28 EXEMPLARES)

- ☐ 1 parcela de R$ 25,00
- ☐ 2 parcelas de R$12,50
- ☐ 3 parcelas de R$ 8,40
- ☐ Solidária R$ ______

Anual (52 EXEMPLARES)

- ☐ 1 parcela de R$ 50,00
- ☐ 2 parcelas de R$ 25,00
- ☐ 3 parcelas de R$ 16,70
- ☐ Solidária R$ ______

Mapa das assinaturas

até 9/8/96 (em números)

TOTAL: 2.902

São Paulo (interior): ABC (106), São José (141), Barra Bonita (3), Santos (9), São José do Rio Preto (22), Bauru (43), Ribeirão Preto (10), Campinas (33), São Carlos (14), Rio Claro (10), Guarulhos (26), Jundiaí (9), Equipe do jornal (24) RJ (interior) Volta Redonda (4) Rio Grande do Sul (interior): Passo Fundo (89), São Leopoldo (61), Santa Maria (4) Alegrete (3) Minas Gerais (interior): J.Monlevade (1) Timóteo (18), Ouro Preto (5), S.J. Del Rei (8), Juizde Fora (32) Paraná (interior): Foz (1) Maringá (7) Ceará (interior): Barbalha (3) Juazeiro (14) Bahia (interior): Feira de Santana (2)Alagoinhas (8) Mato Grosso do Sul (interior): Corumbá (6)